

BOURDIEU E A PESQUISA SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE CAMPOS ACADÊMICOS

Silvana Stremel

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR) – Brasil
silvanastremel@gmail.com

Introdução

Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla que aborda a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. O objetivo deste texto é abordar as contribuições da noção de campo de Pierre Bourdieu para a pesquisa sobre a constituição de campos acadêmicos.

O conceito de campo de Bourdieu

Em uma síntese, o conceito de campo de Bourdieu refere-se aos diferentes espaços da prática social. Tais espaços possuem uma lógica própria de funcionamento que estrutura as relações entre os agentes no interior de cada espaço social, na medida em que se organizam em torno de objetivos e práticas específicas (BOURDIEU, 2004).

Um aspecto importante para compreender o conceito de campo diz respeito a outros dois conceitos, o de *habitus* e o de capital. O *habitus* refere-se aos nossos modos de agir, pensar, sentir e ser (disposições) e é estruturado pelas condições materiais de existência. O sistema de disposições que os sujeitos adquirem depende da posição que ocupam no campo, ou seja, dos tipos e da quantidade de capital que possuem (por exemplo: capital econômico, cultural, social, simbólico, etc). *Habitus*, capital e campo são estruturas relacionais e a relação entre elas oferece a chave para a compreensão da prática. Maton (2018) explica que para Bourdieu a prática é resultado das relações entre nossas disposições (*habitus*) e nossa posição num campo (capital), dentro de um espaço social (campo). O campo é onde o *habitus* dos agentes é expresso na prática e

compartilhado coletivamente por outros. Assim, um campo é caracterizado por ter um *habitus* próprio incorporado por seus agentes, que lhe possibilita atuar nesse campo.

O conceito de campo acadêmico

Campo acadêmico pode ser definido, segundo Hey (2008, p. 15), como “lócus de relações, tendo como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal”. O campo acadêmico envolve o uso de um aparato institucional, assegurado pelo Estado brasileiro até o presente, que garante a produção e circulação dos produtos acadêmicos (HEY, 2008). No Brasil, tal aparato abrange tanto as universidades como as agências financiadoras (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), com o apoio das quais é possível criar associações de pós-graduação e pesquisa, produzir periódicos científicos e eventos no país, criar centros e grupos de pesquisa e realizar acordos institucionais para intercâmbios científicos com centros internacionais (HEY, 2008).

Assim, entendemos que um campo acadêmico é constituído por diversos espaços institucionais em universidades ou centros de pesquisa (disciplinas, linhas de pesquisa na Pós-Graduação, grupos de pesquisa), associações científicas (e seus grupos de trabalho), periódicos especializados, eventos científicos, redes de pesquisa, etc.

Contribuições de Bourdieu para a pesquisa sobre a constituição de campos acadêmicos

As ferramentas teórico-metodológicas de Bourdieu contribuem para definir a construção do objeto de pesquisa. No estudo sobre a constituição de campos acadêmicos, é possível apreendermos das ideias desse sociólogo, elementos essenciais para essa análise:

1) O contexto histórico, político, social, econômico: é um aspecto fundamental do qual emergirá as possibilidades de desenvolvimento do campo. Bourdieu postula a

necessidade de analisar um determinado campo considerando as condições históricas e sociais em que se faz possível a sua existência.

2) A autonomia relativa do campo: é preciso levar em conta que um campo é um microcosmo relativamente autônomo no interior de um macrocosmo (BOURDIEU, 2004). Um campo acadêmico está condicionado aos determinantes mais amplos do contexto político-social, científico, educacional e possui uma relação de dependência com outros campos de conhecimento. Nesse aspecto, deve ser considerado que o campo acadêmico utiliza um aparato institucional assegurado pelo Estado, como universidades e agências de pesquisa (HEY, 2008).

3) A estrutura do campo: é necessário mapear os espaços, instâncias, instituições, agentes que se organizam em torno das práticas específicas do campo. Nessa estrutura é possível considerar, por exemplo: associações científicas, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, eventos científicos, periódicos, redes de pesquisa, disciplinas, professores, editores, coordenadores, pesquisadores, etc.

4) A atividade do campo: é fundamental analisar as produções desenvolvidas no âmbito do campo que definem as formas de capital que são específicas do campo investigado (ideias, discursos, objetos de estudo, teorias, etc.). Mangez e Hilgers (2012), ao abordarem a noção de campo de Bourdieu, explicam que, em todos os campos, os agentes estão envolvidos em uma luta para a definição das estruturas simbólicas legítimas do campo que são as formas de fazer, de pensar, os princípios de hierarquização, etc. Os princípios que ordenam o campo e as suas regras específicas resultam da atividade do campo e da teia de relações entre os seus diferentes agentes.

5) O *habitus* próprio do campo: envolve analisar o *habitus* incorporado dos seus agentes, que lhe possibilita a atuar no campo e assim compartilhar a *doxa* do campo.

Considerações finais

Com base nas contribuições de Pierre Bourdieu, entendemos que a pesquisa sobre a constituição de um campo acadêmico particular envolve apreender a sua estrutura, ou seja, as instituições e os agentes que se organizam em torno de práticas específicas, bem como o que se gera no seu interior, que são as produções desses agentes. Os agentes

(professores, pesquisadores, etc) tem um papel importante nas atividades do campo para o desenvolvimento do *habitus* e da *doxa* próprios.

No âmbito da pesquisa mais ampla da qual esse texto resulta, a partir da análise dos elementos essenciais mencionados anteriormente, foi possível construir a argumentação de que a política educacional se constitui como um campo acadêmico no Brasil (STREMEL, 2016). Na análise, foi possível argumentar que a constituição da política educacional no Brasil como um campo acadêmico específico, iniciou a partir da década de 1960. O marco situado na década de 1960 teve como base três fatores: a) a criação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE (1961), tendo em vista a relação da política educacional com a administração da educação; b) o uso mais frequente do termo política(s) educacional(is) nos títulos de teses, dissertações, artigos e livros; e c) a implantação da Pós-Graduação (1965) e do primeiro Mestrado em Educação (PUC-Rio, 1966), momento em que a pesquisa em educação no Brasil é incorporada pelo campo acadêmico. Apesar disso, de maneira mais explícita, foi possível demarcar a institucionalização do campo acadêmico da política educacional na década de 1980 com a criação do Grupo de Trabalho - GT 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987) no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd.

Assim, esse campo desenvolveu-se como produto de condições históricas e sociais, por meio da expansão de publicações sobre política educacional, da criação de disciplinas na Graduação, da criação de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação, da criação de periódicos científicos especializados, da criação de redes de pesquisa, da realização de eventos científicos específicos de políticas educacionais, bem como pelas ações e tentativas de intervenções dos pesquisadores do campo no próprio processo de formulação de políticas. A partir da década de 1990, o campo adquire maior autonomia e legitimação, e o contexto atual indica que, no Brasil, o campo acadêmico da política educacional encontra-se em fase de expansão e busca de consolidação (STREMEL, 2016; STREMEL; MAINARDES, 2018).

Referências

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

MANGEZ, E.; HILGERS, M. The field of knowledge and the policy field in education: PISA and the production of knowledge for policy. **European Educational Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 189-205, 2012.

MATON, K. Habitus. In: GRENFELL, M. (Ed.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: aspectos históricos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, p. 1-21, 2018.